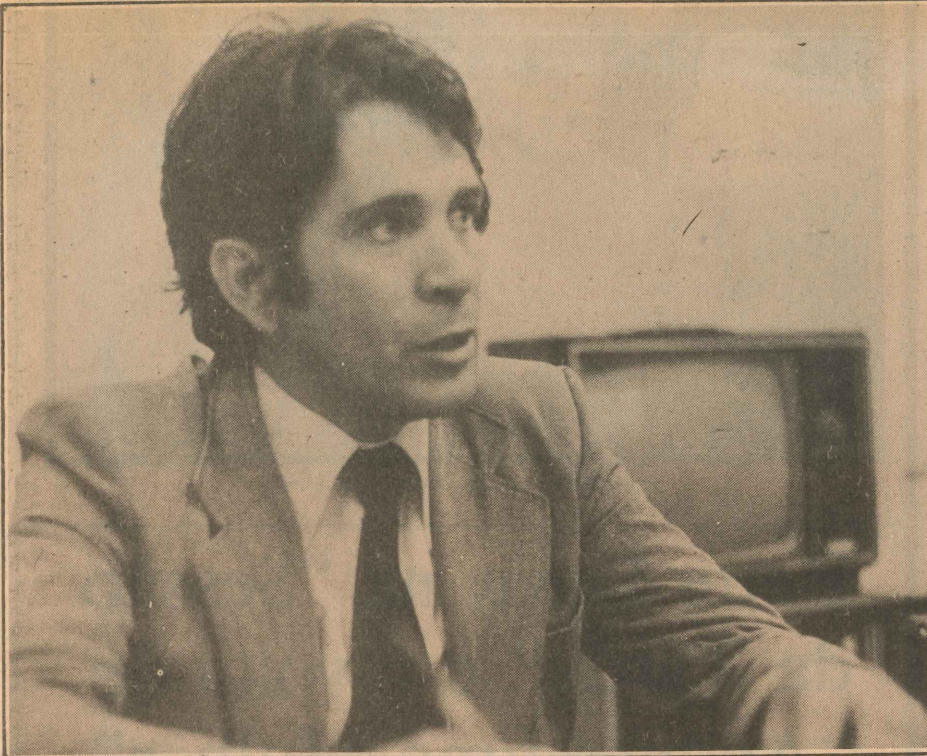


AJ06802

Nélson Aguiar

+ “Os conflitos de terra continuam, seja em que governo for”



“A idéia de que apóio as invasões é distorcida”

Maura Fraga

Imediatamente ao anúncio do nome do suplente de deputado federal Nélson Aguiar, PMDB, para ocupar a Secretaria do Trabalho e Promoção Social durante o Governo Gerson Camata, vieram os protestos: “Capitaneava as invasões urbanas”. “Agora, as ocupações ilegais serão facilitadas”. Previamente preparado para essas reações, após aceitar o convite formal para o setor, Nelson Aguiar assegura que, em sua própria defesa, sempre argumentou: “Se não houvesse violência policial eu não iria aos locais das invasões”. E acrescenta: “A idéia de que estarei na obrigação de apoiar as invasões é distorcida, porque não considero este o melhor meio de ocupar o terreno urbano para efeito de habitação popular”.

TERRAS

É impossível hoje dissociar a figura de Nélson Aguiar dos conflitos urbanos. Sua indicação levou ao gabinete instalado num edifício do centro da cidade, em precárias condições, uma enxurrada de representantes de diversas áreas — técnicos, jornalistas, políticos e curiosos — interessados em conhecer, por antecipação, a política que pretende adotar em relação à ocupação do solo urbano capixaba. E este assunto, que figura como ponto central da atuação que Aguiar deverá desenvolver frente à Sebs, nos próximos quatro anos, seria, garante, a sua bandeira no Congresso Nacional, caso tivesse sido eleito em novembro passado.

LEGISLAÇÃO

— A ocupação do solo urbano para atender à carência de habitação popular — explica — é, com certeza, um dos problemas mais complexos que temos pela frente, porque se situa entre dois fatores conflitantes e incompatíveis; no caso, o interesse dos particulares contra o interesse coletivo.

Nélson Aguiar assinala que, apesar da legislação em vigor garantir o controle sobre a área territorial urbana, por um pequeno número de pessoas, as carências da população vêm exigindo que o direito e as leis que regem esta matéria sejam modificados, de forma que o interesse coletivo prevaleça sobre o particular. — Mas os conflitos de terra — diz Aguiar —

Marinha, exercendo ainda uma efetiva fiscalização sobre essas áreas”.

POPULAR

Efetuada esse levantamento, o futuro secretário do Bem-Estar Social acredita que o Governo terá então condições de iniciar um racional programa de habitação popular. Em seu poder encontra-se, atualmente, um projeto, inacabado, um plano previamente elaborado para responder a toda demanda da ocupação urbana.

— Inicialmente vamos tirar o povo do aluguel, o maior número de pessoas das classes populares desses barracos de aluguel. O Profades precisa ser levado à frente, com a correção de suas distorções.

Essas “distorções”, segundo Aguiar, seriam superadas desde que se tomasse por base a lei 3493, publicada em 22 de outubro de 1982, que autorizou o Governo do Estado a utilizar a área de Itanhenga apenas para atender às populações desabrigadas.

— O Profades poderá ser um programa de alto alcance. A lei proíbe que a Cohab cobre qualquer importância referente ao terreno. Portanto, a distribuição é gratuita. Isto significa dizer que o acesso à possibilidade das populações carentes adquirirem suas próprias casas está aberto.

Esta aquisição, acrescenta, poderá ser feita via Profades, o programa adotado pelo atual Governo que Aguiar pretende manter, após as reformulações que acredita necessárias.

— É preciso que somente as populações carentes sejam alcançadas por esse programa, um projeto criado pelo engenheiro Antonio Carlos Rodrigues, da Cohab, que, de repente, se vê como Santos-Dumont: criou o avião e o viu transformar-se em arma de guerra.

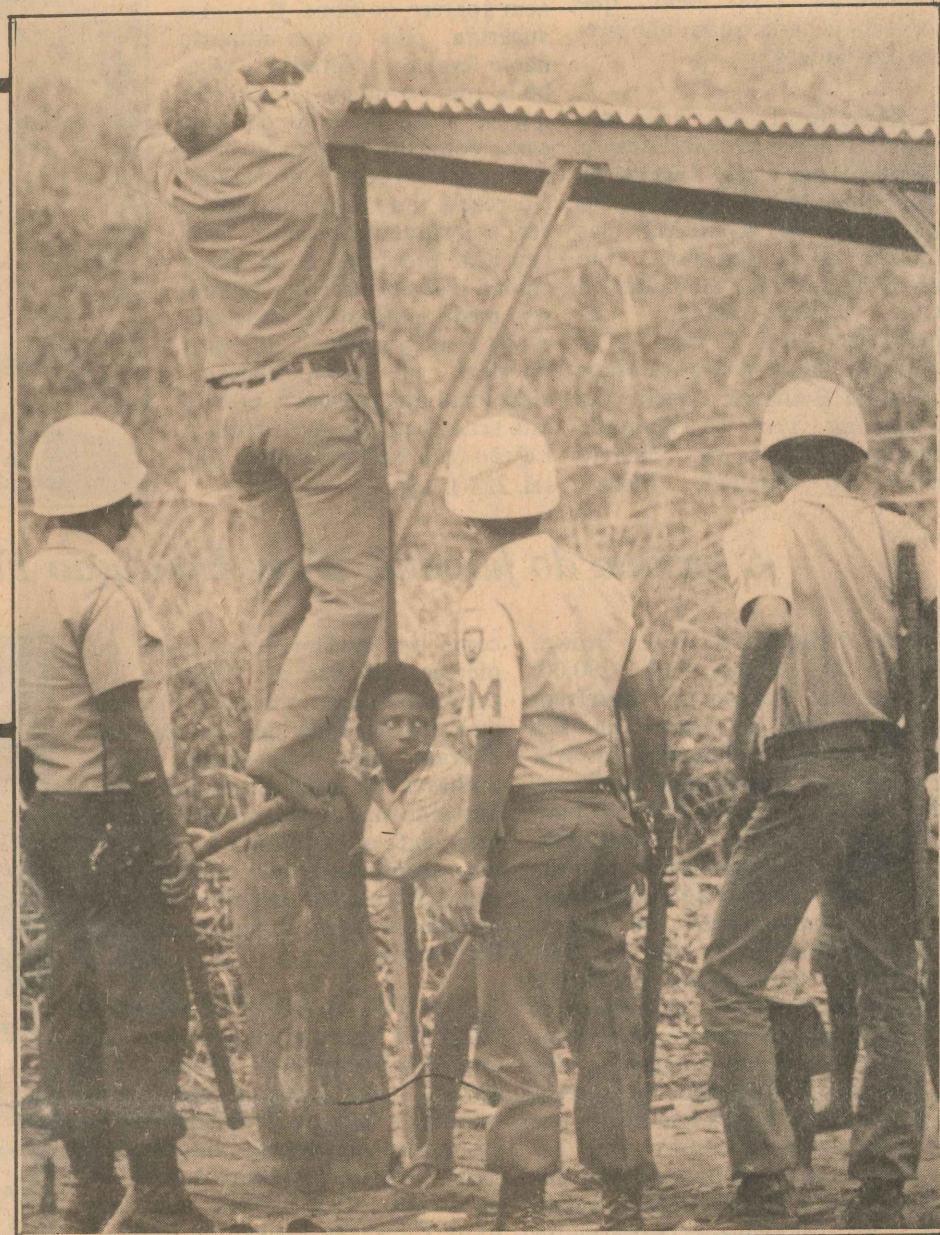
CAPITANEANDO

— Esta sua vinculação à ocupação da área urbana e sua presença nas constantes invasões levaram à interpretação de que o senhor capitaneava as invasões. Qual a sua posição em relação a este tipo de imagem que lhe foi atribuída?

— Realmente, passei a ser visto como quem incentivava. Mas se não houvesse violência policial eu nunca teria ido a esses locais. Fui a Concheiras, na Serra, e ao Sossego, numa época em que nem era deputado, trabalhava como assessor do MDB na Assembléia Legislativa. Como deputado comecei em Flexal, onde houve

Indicado Secretário do Trabalho e Bem-Estar Social, Nélson Aguiar, um dos maiores interessados em conflitos de terras no Estado, assegura que a ocupação territorial urbana será o carro-chefe da sua gestão nos próximos quatro anos. As voltas com uma série de relatórios, ele procura se informar a respeito da atuação dos órgãos ligados à habitação e assegura que o prestígio da Cohab, junto ao BNH, será restabelecido.

Aguiar não revela os nomes daqueles que pretende escolher para colaborar com sua atuação. Mas uma coisa antecipa: “Exigirei de cada um trabalho, trabalho e mais uma vez trabalho”.



A intervenção policial levou Aguiar às invasões



Antonio Carlos Rodrigues criou o Profades: “uma arma para a paz” segundo Aguiar

O Profades e seu autor

O Profades, idealizado pelo engenheiro Antônio Carlos Rodrigues, da Cohab, acabou sendo reconhecido pelo Banco Nacional da Habitação como uma opção barata, para se atender à população de baixa renda no País. Referindo-se à origem do projeto, o autor

A população idealizou a sua proposta, que a Cohab procurou interpretar, dar forma, aperfeiçoar e ajustar às condições de viabilidade técnico-financeiras, inclusive dentro do Sistema Financeiro Habitacional: — Surgiu, a partir daí, o que denominamos

amplamente divulgada pela COHAB e Sebs, mas não chegou a execução. Tempos depois com a invasão de Rosa da Penha voltou a ser apresentada pelo engenheiro Antônio Carlos, ajustada às intenções do BNH. — Aceita a idéia, buscamos e encontramos uma

política que pretende adotar em relação à ocupação do solo urbano capixaba.

E este assunto, que figura como ponto central da atuação que Aguiar deverá desenvolver frente à Sebs, nos próximos quatro anos, seria, garante, a sua bandeira no Congresso Nacional, caso tivesse sido eleito em novembro passado.

LEGISLAÇÃO

— A ocupação do solo urbano para atender à carência de habitação popular — explica — é, com certeza, um dos problemas mais complexos que temos pela frente, porque se situa entre dois fatores conflitantes e incompatíveis; no caso, o interesse dos particulares contra o interesse coletivo.

Nelson Aguiar assinala que, apesar da legislação em vigor garantir o controle sobre a área territorial urbana, por um pequeno número de pessoas, as carências da população vêm exigindo que o direito e as leis que regem esta matéria sejam modificados, de forma que o interesse coletivo prevaleça sobre o particular.

— Mas os conflitos de terra — diz Aguiar — vão continuar existindo, seja em que Governo for.

CONTENDO

— As modificações que o secretário sugere se fundamentariam inicialmente em quê?

— Estamos precisando de concretas medidas de Governo para acabar, de uma vez por todas, com esta desenfreada especulação imobiliária que está, e cujo objetivo é apenas o lucro. Mas como fazê-lo diante da atual legislação, que garante ao proprietário exclusivo direito sobre as áreas de terrenos urbanos e rurais?

Aguiar formula a pergunta e dá a resposta, logo a seguir: "O Poder Público precisa tomar, de imediato, algumas providências. E aí entra o papel das prefeituras municipais, às quais cabe cadastrar, para efeito de cobrança de impostos, áreas de sua jurisdição, o que não ocorre hoje".

— Citemos a Capital. Somos a única no mundo que tem fazendas de gado dentro do seu perímetro urbano. E apesar disso não estão cadastradas junto à Prefeitura e não pagam impostos. Então, fica o Poder Público na obrigação de garantir o direito de propriedade nessas áreas, reprimir sua ocupação irregular, oferecer garantia e segurança, sem que, da parte dos proprietários desses terrenos, haja uma contra-prestação em matéria de tributos.

OMISSO

Os proprietários das chamadas "fazendas urbanas", segundo o deputado Aguiar, somente se apresentam "quando o desgraçado invasor coloca o barraco numa de suas áreas. E, como se pode observar andando por aí afora, estes terrenos não estão caracterizados como propriedades particulares, nem murados, nem cercados, nem cadastrados. Cabe aos prefeitos da Grande Vitória, portanto, adotar tal providência".

— Cito a Grande Vitória porque nela está a área do conflito. Uma vez delimitado o perímetro urbano — prossegue — dos seus municípios, as respectivas prefeituras devem cadastrar, para efeito de impostos, todas as terras sob sua jurisdição. Se cadastradas, os proprietários vão ter que pagar impostos e aí dar uma destinação econômica às terras, o que, conseqüentemente, resultará num fim social.

LIMITANDO

— Como se processaria esse cadastramento em termos de qualificação de terra?

— Na área urbana podemos classificar em quatro tipos os terrenos: da União (Marinha e outros), do Estado (como Itanhenga), terrenos dos municípios e particulares. Isto precisa ficar delimitado na área de cada prefeitura.

Nelson Aguiar assegura que, atualmente, "não se encontra nos departamentos de terras de nossas prefeituras resposta para esta indagação". E sugere que se acione a Capitania dos Portos a fim de que também delimite "os terrenos de

Esta aquisição, acrescenta, poderia ser feita via Profades, o programa adotado pelo atual Governo que Aguiar pretende manter, após as reformulações que acredita necessárias.

— É preciso que somente as populações carentes sejam alcançadas por esse programa, um projeto criado pelo engenheiro Antonio Carlos Rodrigues, da Cohab, que, de repente, se vê como Santos-Dumont: criou o avião e o viu transformar-se em arma de guerra.

CAPITANEANDO

— Esta sua vinculação à ocupação da área urbana e sua presença nas constantes invasões levaram à interpretação de que o senhor capitaneava as invasões. Qual a sua posição em relação a este tipo de imagem que lhe foi atribuída?

— Realmente, passei a ser visto como quem incentivava. Mas se não houvesse violência policial eu nunca teria ido a esses locais. Fui a Concheiras, na Serra, e ao Sossego, numa época em que nem era deputado, trabalhava como assessor do MDB na Assembléia Legislativa. Como deputado comecei em Flexal, onde houve violência, e porque fui chamado, depois vieram outros conflitos.

Nelson Aguiar diz que em pouco tempo passou a ser visto como o incentivador das invasões na área da Grande Vitória. "Sempre me defendi dizendo que, se não houvesse a invasão, eu não iria. A partir de então, passei a estudar a fundo a questão da ocupação urbana.

Aqui o deputado faz uma pausa e comenta, gratificado: "É bom ressaltar que uma das mais lindas experiências que tive a este respeito foi o aprendizado com o próprio povo. Por isso, muita gente acha que, na condição de secretário, vou apoiar as invasões, estarei na obrigação de apoiá-las".

ERRO

Tal idéia, na sua opinião, "é distorcida". E explica por que: "Não acho que a invasão seja o melhor meio de ocupar o terreno urbano para efeito de habitação popular por duas razões: ela provoca uma ocupação irregular do solo e, em muitos casos, não fica espaço para ruas, praças, etc. Além disso, as invasões, como todos sabem, acabaram se tornando um vasto campo de exploração para o invasor profissional. Há pessoas abastadas que utilizam os pobres para ocupar esses terrenos e negociá-los depois".

— Hoje, nas áreas de Flexal e Rio Marinho, não se encontram mais nem 25 por cento dos primitivos invasores. Enquanto isso, começam a surgir, nesses locais, prédios de dois andares ou mais, residências confortáveis e uma incrível especulação em matéria de compra e venda de terrenos.

MUNICIPIO

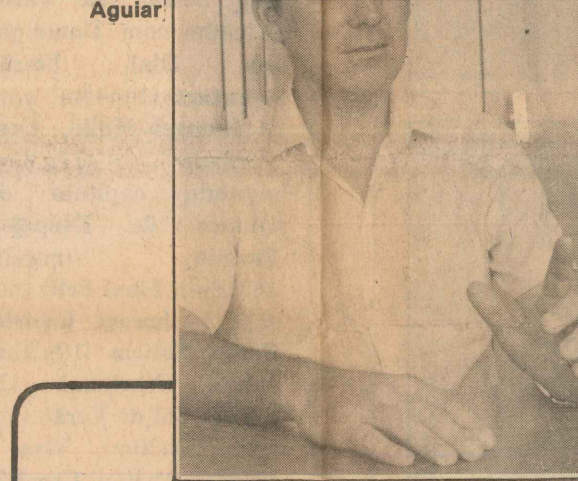
O futuro secretário faz questão de deixar bem claro que a fiscalização do terreno urbano compete à prefeitura municipal e não à Secretaria do Trabalho e Promoção Social, "o que significa dizer que nada temos a ver com a invasão em si, mas apenas com o problema social que a antecede e dela resulta".

— Fique certo — diz ainda — do nosso compromisso em usar todos os recursos que estiverem a nosso alcance, no sentido de garantir direito à moradia para quantas famílias estejam sujeitas ao aluguel. De modo algum nos desviaremos desse propósito.

A maneira encontrada para atender o setor da população absolutamente carente, segundo Aguiar, será a continuação do Profades, "doando o terreno e financiando o material de construção e assistência técnica". "Vamos empregar o sistema de mutirão para construir essas casas, utilizando a mão-de-obra do próprio posseiro".

INCHAÇÃO

— Uma política organizada de ocupação do solo urbano, absorvendo as populações



A intervenção policial levou Aguiar às invasões

O Profades e seu autor

O Profades, idealizado pelo engenheiro Antônio Carlos Rodrigues, da Cohab, acabou sendo reconhecido pelo Banco Nacional de Habitação como uma opção barata, para se atender à população de baixa renda no País.

Referindo-se à origem do projeto, o autor comenta que um dos antecedentes é o Projeto Flexal:

— O aglomerado de Flexal II é produto de um assentamento subnormal, ocorrido por invasão, em terreno de particulares, em 1979. Em janeiro de 1981 foi celebrado entre o Ministério do Interior e o Governo do Estado um protocolo para intervenção em áreas subnormais, com vistas à sua erradicação, no então recém-criado programa Promorar".

O BNH procurava, então dar ênfase a esse programa destinado às camadas de baixa renda. Flexal II foi considerado prioritário, em termos de obtenção de solução imediata, porque os seus ocupantes encontravam-se na iminência de serem atingidos pelo despejo judicial, "o que só não ocorreu — segundo o engenheiro Antônio Carlos — devido à direta intervenção do Governo do Estado".

DISCUTINDO

— Após um ano de reuniões periódicas com o BNH, entidades governamentais e principalmente com a liderança da comunidade, havendo sido gerado o projeto físico e de intervenção, começamos a enfrentar um problema de rejeição por parte da comunidade de Flexal que não considerava justo pagar serviços de infra-estrutura, sob a alegação de que os bairros nobres recebiam tais serviços gratuitamente.

absolutamente carentes, não estaria contribuindo para inchar as cidades e incentivar ainda mais o êxodo rural?

— Concordamos e em que essa desorganizada política de apoio às ocupações de terrenos urbanos tem servido como um fator de atração do homem do campo para a cidade. É preciso inverter o curso dessa política, ampliando a habitação popular e colocando em prática o Profades nos municípios do interior, notadamente naqueles que ocupam posição estratégica.

Todas essas providências, porém, na opinião de Aguiar, continuarão sendo apenas parciais e paliativas, "em definitivo — acrescenta — não darão a solução ao gravíssimo problema da habitação urbana".

REFORMA

Ele acredita que a solução final viria com a fixação do homem ao campo e aponta um dado: "Cerca de 90 por cento dos que estão invadindo aqui, e dos que entram em filas para receber terrenos, eram trabalhadores rurais que vieram nos últimos 10 anos para a cidade, em conseqüência da política distorcida de oferta de trabalho e das facilidades com que se acenava para essa gente".

— Falar em fixar o homem ao campo, sem terra, porém, é como tentar colocar o homem no espaço sem nave. A Nação deve se convencer da necessidade de uma reforma agrária que coloque a terra ao alcance do agricultor. Mas não seria uma reforma agrária radical, apenas uma forma de socializar a terra. Você não vai abolir o direito de propriedade, mas aumentar o número de proprietários. Esta seria a minha grande briga em Brasília.

A população idealizou a sua proposta, que a Cohab procurou interpretar, dar forma, aperfeiçoar e ajustar às condições de viabilidade técnico-financeiras, inclusive dentro do Sistema Financeiro Habitacional:

— Surgiu, a partir daí, o que denominamos proposta simplificada, baseada principalmente na adoção de um bom projeto, na regularização da questão fundiária, e no pagamento a curto prazo. Mas não pareceu bem ao BNH essa proposta, visto que a erradicação preconizada pelo programa incluía, fundamentalmente, a infra-estrutura, principalmente no saneamento básico. Entretanto, por uma questão de oportunidade e disponibilidade financeira, decidiu aprovar a proposta.

SIMPLIFICADO

Baseados na proposta de Flexal II, técnicos da Cohab montaram uma nova proposta, a nível geral, denominando-a Promorar Simplificado. Segundo o engenheiro Antônio Carlos Rodrigues: "Essa proposta foi apresentada, em março de 1982, durante o XXIX Encontro Nacional de Cohab's obtendo ampla repercussão".

— O BNH — justifica o engenheiro — tinha razões para não aceitar o Promorar Simplificado, visto que, conforme já falamos, contrariava as normas preconizadas por aquele órgão, as quais detinham a erradicação com obras infra-estruturais.

PROFADES

A proposta do Promorar Simplificado foi

amplamente divulgada pela COHAB e Sebs, mas não chegou a execução. Tempos depois com a invasão de Rosa da Penha voltou a ser apresentada pelo engenheiro Antônio Carlos, ajustada às intenções do BNH.

— Aceita a idéia, buscamos e encontramos uma área do Estado desocupada — Itanhenga, Cariacica — para a qual, aceleradamente, projetamos um loteamento dentro das normas habitacionais. Na oportunidade, também acionamos o órgão responsável pela abertura de ruas e demarcação das quadras sucedendo que, em 30 dias, as 700 famílias que se encontravam em Rosa da Penha foram transferidas voluntária e satisfatoriamente para Itanhenga.

SOLUÇÃO

O engenheiro Antônio Carlos assegura que a solução obteve sucesso e, diante do resultado, foi produzida nova documentação, com projeto para 5.000 lotes e construção de equipamentos comunitários — creches, centro sociais, lavanderias, quadras de esporte etc. — remetido ao Ministério do Interior com pedido de recursos para o Governo do Estado.

— Como o projeto não foi destinado a pedido de empréstimo, nas linhas de financiamento do BNH, sendo ainda destinado a uma camada de renda baixíssima — especialmente famílias desabrigadas — foi denominado Programa Emergencial para Famílias Desabrigadas — Profades.

O engenheiro acrescenta ainda que a proposta acabou sendo considerada viável a nível federal, "houve aprovação do Profades e recursos desembolsados pelo BNH sob forma de empréstimo ao Governo do Estado".

COMPUTADORES CURSO DE PROGRAMAÇÃO IBM

- LINGUAGEM COBOL, MANPS, RPG E BASIC PARA MICROCOMPUTADORES E COMPUTADORES IBM, BURROUGHS E EDISA.
- ESTÁGIO GARANTIDO PELA DATAVALE E CESPROD.
- CERTIFICADO DE PROGRAMADOR DE COMPUTADOR.
- AULAS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM UM COMPUTADOR IBM.
- TURMAS SOMENTE AOS SÁBADOS:
 - DAS 08:30 às 12:30 hs - TURMA A
 - DAS 14:00 às 18:00 hs - TURMA B
- CARGA HORÁRIA: 160 HORAS.
- DURAÇÃO DO CURSO: 06 MESES.
- INÍCIO DAS AULAS: 12/03/83
- TAXA DE INSCRIÇÃO: Cr\$ 8.000,00 mais - 06 x Cr\$ 8.000,00, já incluído todo o material didático.

Inscrições e informações no
CESPROD PROCESSAMENTO DE DADOS
Rua Anselmo Serrat, 199 — Vitória
TELEFONE: 223.7966
de 8 às 20 horas



Promoção:
DATAVALE
PROCESSAMENTO
DE DADOS

E
CESPROD
PROCESSAMENTO
DE DADOS

